



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 159 - Outubro 2010

O TEMA CENTRAL DESTES BOLETIM: A CBD NA ENCRUZILHADA

A Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CBD) celebra sua 10ª Conferência das Partes (COP) em Nagoya, Japão, de 18 a 29 de outubro de 2010. A CBD tem a responsabilidade de delinear políticas que contribuam à proteção da biodiversidade, o que implica desandar caminhos que provaram ser nefastos e tomar novos rumos.

En ocasião desta COP, a rede mundial CBD Alliance (Convention on Biological Diversity Alliance)- da qual o WRM faz parte-, tem contribuído nesta instância facilitando a elaboração, por parte de representantes de organizações sociais e de Povos indígenas, de um conjunto de análises sobre os assuntos que consideram que a COP de Nagoya deveria abordar com maior urgência, bem como os caminhos que deveriam ser evitados e aqueles que deveriam ser percorridos. Neste boletim, reunimos três dos dez assuntos apresentados pela CBD Alliance (para ver todos os assuntos: http://undercovercop.org/wp-content/uploads/2010/10/CBDA_10briefings_ENG_v8.pdf).

NOSSA OPINIÃO

- [Nagoya: Oportunidade para uma definição de floresta baseada na biodiversidade](#)

MENSAGEM DESDE A SOCIEDADE CIVIL À CBD

- [Justiça para a Biodiversidade: o caminho a seguir para a vida na terra](#)
- [Fim do desmatamento através de medidas socialmente justas, não mercados](#)
- [Mudança Climática, Geoengenharia e Biodiversidade](#)
- [Incentivando a perda de biodiversidade: Biomassa para Biocombustíveis, Bioenergia, Biochar e as Tecnologias da nova Bioeconomia](#)
- [Ação na CDB contra as árvores transgênicas](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Equador: em defesa do projeto Yasuní- é assim que se conserva a biodiversidade](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Análise crítica do trabalho "A silvicultura e a água: Ciência, Dogmas, Desafios"\(Walter de Paula Lima, 2010\)](#)
- [Brasil: Sustentável somente no papel - Nas plantações para produção de papel da Bahia.](#)

ARTIGOS NÃO DISPONÍVEIS EM PORTUGUÊS

- [Burma: Farmers fight plantation company threatening protected forests and tiger reserve in Hugawng Valley](#)
- [Biochar: "Sustainable charcoal" from 556 million hectares of plantations?](#)
- [Camerún: comunidad local resiste intento de Socapalm de plantar palma aceitera en su tierra](#)
- [Nigeria: Women at forefront of struggle against oil corporations](#)
- [India: Forest protection is a matter of ecological justice](#)

NOSSA OPINIÃO

- Nagoya: Oportunidade para uma definição de floresta baseada na biodiversidade

A Décima Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) terá lugar em Nagoya, Japão, de 18 a 29 de outubro de 2010. Esta reunião oferece à CDB uma boa oportunidade para responder à crescente exigência de chegar a uma definição séria de um dos ecossistemas mais biodiversos na Terra: as florestas.

Até agora, a maior parte dos organismos nacionais e internacionais tem adotado, sem nenhum senso crítico, a definição de floresta da FAO, que não só não descreve adequadamente o que é uma floresta, mas também permite a inclusão de plantações de monoculturas de árvores como se fossem florestas. Mesmo sem ser de jeito nenhum intencional, a FAO publicou recentemente um relatório que não poderia ser mais oportuno para convencer a CDB sobre a necessidade de uma abordagem séria desta questão.

No dia 4 de outubro, a FAO divulgou o relatório completo da Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais de 2010. Se todos os argumentos apresentados durante anos que exigem a exclusão das monoculturas de árvores da definição de "floresta" (vide a última contribuição do WRM no Boletim 156) foram insuficientes, nós acreditamos que este relatório providencia alguns argumentos muito bons a esse respeito.

Por exemplo, o modo em que a FAO trata duas monoculturas de árvores bem semelhantes- plantações de dendezeiros e de seringueiras- é um bom exemplo do anterior:

- Plantações de seringueiras. Até o ano 2000, a FAO entendeu que as plantações de seringueiras NÃO eram florestas. No entanto, a partir dessa data, a FAO considera que as plantações de seringueiras SÃO florestas. Por quê? Conforme a FAO, "devido à crescente importância como um suprimento de fibra para as indústrias madeireiras." O que significa que uma floresta é definida pela FAO unicamente por sua capacidade de produzir um único produto: madeira. Nesse caso, enquanto as plantações de seringueiras produziam unicamente borracha, elas

não eram florestas. Quando o preço da borracha caiu e muitos produtores começaram a cortar as árvores e a vendê-las como madeira, elas de repente se tornaram florestas. Seguindo o mesmo raciocínio: agora não deveriam ser excluídas como “florestas” porque o preço da borracha aumentou de novo?

- Plantações de dendezeiros. As palmeiras são componentes típicos das florestas tropicais. No entanto, as plantações de dendezeiros NÃO são definidas como florestas pela FAO porque “o dendezeiro é uma cultura agrícola”. Mais uma vez, a razão é que elas não produzem madeira. Essa tolice chega ao absurdo no contexto tropical africano, onde as plantações de uma espécie nativa (dendezeiro) não são definidas como florestas enquanto as plantações de uma espécie exótica (seringueira) são consideradas florestas.

As diferenciações anteriores parecem estar em contradição com a definição de floresta extremamente simplista da FAO: “Uma terra com superfície superior a 0,5 hectares com árvores de mais de 5 metros de altura e uma cobertura de copa de mais de 10 por cento, ou árvores capazes de atingir esses limiares in situ. Não são incluídas as terras com uso predominantemente agrícola ou urbano.” Isso- conforme a FAO- é uma floresta.

A não ser que a FAO defina o que “terras com uso predominantemente agrícola” significa- o que não tem feito- dentro de sua própria lógica ou bem todas as plantações de árvores deveriam ser incluídas ou bem todas deveriam ser excluídas da definição de “floresta”. Por que a produção de dendezeiros é uma atividade “agrícola” enquanto a produção de madeira de uma plantação de eucalipto não é? Por que as plantações de oliveiras não são “florestas” enquanto as plantações de pinheiro sim? Simplesmente porque a FAO diz isso.

Um segundo conjunto de argumentos fornecido pelo relatório da FAO está relacionado com como são definidos o “florestamento” e o “reflorestamento”. Conforme a FAO, o primeiro implica a plantação de árvores em áreas não florestais, enquanto o segundo significa plantar árvores em áreas previamente ocupadas por florestas. Nos dois casos, a FAO define o resultado como o estabelecimento de “florestas plantadas” (definidas como “Florestas [sic] formadas predominantemente por árvores estabelecidas através de plantação e/ou de sementeira deliberada”).

O que a FAO define como “florestamento” implica de fato a destruição da vegetação nativa (geralmente pradarias ou savanas) e sua substituição por uma plantação de espécies de árvores (geralmente exóticas). No entanto, em vez de classificar isso como o processo de estabelecimento de uma “cultura agrícola” (da qual só a madeira é colhida), é elevada à categoria de “floresta”. Por quê? Simplesmente porque essas plantações produzem madeira, o que, de acordo com a FAO, é o que a floresta produz.

No caso do que a FAO qualifica como “reflorestamento”, a maioria poderia assumir que através desse processo as florestas vêm sendo restauradas com a plantação de espécies nativas. Todos estariam errados. Na grande maioria dos casos, o “reflorestamento” implica a plantação de monoculturas de espécies exóticas (pinheiros, eucaliptos, acácia, gmelina, teca, etc.) em áreas florestais. Isso significa que uma área florestal tropical diversa pode ser completamente arrasada e

substituída por uma única espécie- nativa ou exótica- e nada haverá mudado para a FAO. Em suas próprias palavras: “No local em que parte de uma floresta é cortada porém replantada (reflorestamento) ... não há mudanças na área florestal.”

Enquanto uma abordagem tão estreita serve, claramente, aos interesses das indústrias da madeira e do papel e celulose- que são descritas como “plantando florestas ”- ela vai de encontro com os interesses das comunidades locais cujos modos de vida- dependentes das florestas e pradarias- são destruídos sob o pretexto de “plantar florestas”.

De uma perspectiva global, a insistência da FAO em continuar definindo as monoculturas que produzem madeira como “florestas plantadas” esconde os impactos dessas plantações sobre a biodiversidade. “Nós nos lembramos de que as florestas representam um dos ecossistemas mais diversos da Terra”, diz o relatório da FAO. Em troca nós podemos lembrar a FAO que o que é definido como “floresta plantada” representa um dos ecossistemas menos diversos da Terra, definidos por muitos como “desertos de árvores”.

O relatório da FAO providencia claras evidências sobre a assustadora expansão de tais “desertos de árvores”, que têm “aumentado mais de 3,6 milhões de hectares ao ano de 1990 a 2000, 5,6 milhões de hectares ao ano de 2000 a 2005, e 4,2 milhões de hectares ao ano de 2005 a 2010.” Sob a perspectiva da biodiversidade, isso só pode ser definido como um desastre, devido a que tais plantações destroem o habitat de milhões de espécies nativas- abrangendo de plantas a insetos- muitas das quais ainda não tinham sido classificadas pela ciência. A FAO, porém, dá as boas-vindas a expansão dessas plantações porque “têm reduzido a perda líquida das florestas”- embora apenas sob a míope ótica da sua definição de floresta.

Os anteriores são apenas alguns poucos exemplos dos argumentos fornecidos involuntariamente pelo relatório da FAO, que provam a absurdidade de considerar qualquer tipo de plantação de monoculturas de árvores como uma “floresta”, e portanto vigorizando a necessidade de excluí-las da definição de “floresta”.

A esse respeito, gostaríamos de salientar o que a FAO diz: que “espera que a informação do relatório contribua para discussões mais abrangentes sobre as florestas”. Nós achamos que sim, mesmo que muito dependerá da vontade da FAO de fazer isso- o que até agora nunca ocorreu. De forma mais realista, nós esperamos que as definições não científicas de floresta e em favor das corporações usadas nesse relatório ajudem a estimular a discussão em outros foros- particularmente na Convenção sobre Diversidade Biológica- para a adoção de uma definição séria de floresta que exclua finalmente a absurda categoria de “florestas plantadas”.

Vide o relatório da FAO na íntegra em:

http://foris.fao.org/static/data/fra2010/FRA2010_Report_1oct2010.pdf

[início](#)

- Justiça para a Biodiversidade: o caminho a seguir para a vida na terra

Em 2010, enfrentamos uma combinação de crises de biodiversidade, alimentos, combustíveis, econômica e climática. A conservação e o uso sustentável da biodiversidade é fundamental para abordar essas crises e planejar um caminho verdadeiramente sustentável para a humanidade.

Em Nagoya, os governos estão reunindo-se para uma negociação internacional fundamental da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), com a esperança de deter as contínuas perdas de biodiversidade - a essência da vida. Desde o começo da CBD em 1992, os governos não têm conseguido avançar muito, com o consenso científico de projeções de mais perda de hábitat e altas taxas de extinções, incluindo perdas de variedades de alimentos e animais, com conseqüências drásticas para as sociedades humanas. Enquanto a CBD é às vezes descrita como um grande compromisso entre o Norte e o Sul (os chamados desenvolvidos e em desenvolvimento), o Norte não tem cumprido sua parte da promessa, especialmente em termos de recursos financeiros, e também a falta de progresso sobre o assunto crítico de acesso e divisão de benefícios de recursos genéticos (ABS).

Em Nagoya, os governos vão convir em deixar as coisas como estão quanto ao crescimento econômico e o consumo excessivo, submetendo-se a oportunidades de mercado e consertos técnicos? Ou vão convir em abordar realmente as causas de fundo da perda de biodiversidade e estabelecer um novo caminho corajoso que defenda e apóie os custódios da biodiversidade - Povos Indígenas, comunidades locais e fornecedores de alimentos em pequena escala, como granjeiros, pescadores e pastores?

Durante os dois meses passados, grupos da sociedade civil do mundo inteiro têm estado discutindo, debatendo e chegando a acordos quanto ao que acreditam que são os assuntos fundamentais para a COP de Nagoya. Convocamos as Partes para fortalecer (não debilitar) os princípios fundamentais da Convenção -como o enfoque de ecossistema, o princípio precautório, e um entendimento que a biodiversidade não pode separar-se daqueles humanos que a nutrem, a defendem e a usam sustentavelmente. As partes deveriam afastar-se do enfoque de mercado de outros acordos, como a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, e não permitir que os acordos de biodiversidade sejam condescendentes com outros acordos internacionais, incluindo o comércio.

Em vez disso, as Partes deveriam adotar um enfoque de justiça de biodiversidade, que significa não somente sustentar os direitos, dignidade e autonomia de todos os povos, mas também respeitar os direitos de todos os seres vivos. Um enfoque de justiça para a biodiversidade coloca os custódios da biodiversidade no centro da criação de políticas, e como os beneficiários mais importantes das políticas de biodiversidade. Essas comunidades fundamentais e seus sistemas de conservação e manejo deveriam ser recompensados, não transformados em mercadorias nem forçados em agendas econômicas neoliberais.

Muitos grupos da sociedade civil do mundo inteiro se têm reunido para criar um conjunto de 10 informações coletivas: os “10 Principais temas para COP 10”. Na próxima página salientamos nossas principais demandas.

Grupos da sociedade civil exigem os seguintes compromissos em Nagoya:

1. As partes precisam urgentemente cumprir suas obrigações como signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica e convir em um forte e ambicioso plano estratégico; esse plano deve conter objetivos que:

- integrem a biodiversidade e sua função central no funcionamento e resiliência dos ecossistemas em instituições e acordos internacionais, especialmente de comércio, e também em políticas nacionais, incluindo desenvolvimento econômico e prestação de contas
- eliminem subsídios e incentivos perversos que danificam a biodiversidade até 2020 (particularmente para petróleo e gás, agricultura, agocombustíveis/bioenergia, pesca)
- reduzam o desmatamento e a destruição de habitats naturais a zero até 2020
- acabem com os padrões atuais de produção e consumo insustentáveis
- acabem com a pesca excessiva e práticas de pesca destruidoras
- façam com que a agricultura, o florestamento e outros usos da terra sejam sustentáveis e reduzam a acumulação de nutrientes por baixo dos níveis de acumulação críticos
- atinjam um sistema representativo de áreas protegidas com base na participação plena e efetiva de Povos Indígenas e comunidades locais e respeito por seus direitos (incluindo consentimento livre, prévio e informado)
- aumentem o financiamento público dez vezes
- defendam e aumentem a representação genuína na tomada de decisões de conservadores, usuários e desenvolvedores de biodiversidade locais

2. As partes precisam adotar um Protocolo ABS legalmente obrigatório que vai ter fortes medidas de aplicação e cumprimento, que possa deter a biopirataria, respeite e proteja os direitos dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais e questione a primazia das regras de propriedade intelectual. O Protocolo ABS também deveria garantir benefícios reais e atuais para os Povos Indígenas e as comunidades locais e que o Protocolo não resultará em maior privatização de recursos genéticos e monopólios sobre tecnologias.

3. As partes deveriam abordar as causas subjacentes da perda de biodiversidade, começando com a eliminação de subsídios perversos que promovam a expansão de monoculturas, bioenergia, biomassa e outras mercadorias.

4. As partes deveriam evitar enfoques de risco não provados, como os mercados

de compensação de carbono das florestas (por exemplo, no REED), compensações de biodiversidade e Mecanismos de Desenvolvimento Verde que carecem de salvaguardas apropriadas para a biodiversidade e para os direitos dos Povos Indígenas e Direitos Humanos.

5. As partes deveriam adotar e apoiar uma moratória sobre o desenvolvimento, prova, lançamento e uso de novas tecnologias que apresentam potenciais ameaças à biodiversidade, incluindo geoengenharia e biologia sintética.

6. As partes deveriam focalizar-se na implementação de decisões, desenvolvendo mecanismos de cumprimento e aplicação.

7. As partes deveriam colocar aos reais custódios da biodiversidade no centro da cena na implementação da Convenção e na tomada de decisões. Isso inclui a adoção de um novo programa de trabalho para melhorar o manejo consuetudinário dos recursos e o uso sustentável.

8. As partes deveriam estabelecer uma definição de florestas e manejo sustentável das florestas que exclua as plantações de monoculturas de árvores e evite a invasão de espécies exóticas, em linha com os objetivos e princípios da CBD que inclua os direitos das comunidades ao acesso, controle e governo de florestas;

9. As partes deveriam defender e proteger os pequenos granjeiros e camponeses, pastores, pescadores e outros fornecedores de alimentos em pequena escala que conservam e desenvolvem a biodiversidade agrícola, garantindo assim os futuros alimentos. Fazendo isso, devem proibir quaisquer sistemas, métodos, processos ou tecnologias que poderiam danificar a biodiversidade e funções do ecossistema relacionadas em ecossistemas manejados.

10. As partes deveriam chegar a um acordo para melhorar o apoio, manejo e governo de áreas protegidas existentes e garantir que quaisquer novas áreas protegidas se baseiem em participação completa e efetiva de Povos Indígenas e comunidades locais e respeito por seus direitos (incluindo o consentimento livre, prévio e informado).

11. As partes deveriam chegar a um acordo para expandir as áreas protegidas (terrestres e marinhas) para incluir uma maior representação da biodiversidade. Quaisquer novas áreas protegidas não devem fazer parte de programas de compensação da biodiversidade ou outros programas de compensação que permitam que as práticas atuais continuem em outros lugares.

COP 10 deve ser a virada para a política sobre biodiversidade. Precisamos fortalecer e renovar esforços para conservar e usar a biodiversidade de forma sustentável e garantir o fluxo de benefícios para aqueles que a nutrem. Precisamos fortalecer a função da CBD na política internacional e fortalecer sua implementação em todos os níveis. A Sociedade Civil faz um chamamento às partes para tomar cuidado desses imperativos em benefício da humanidade e de todos os seres vivos.

- Fim do desmatamento através de medidas socialmente justas, não mercados

Resumo

As florestas do mundo enfrentam muitas ameaças. As partes da CBD devem adotar ações sérias e imediatas a respeito do desmatamento, abordando os impulsionadores do desmatamento, em linha com os direitos dos Povos Indígenas. As partes não devem aceitar cegamente os termos do REDD (Redução de emissões decorrentes de desmatamento e degradação das florestas), e deveriam estabelecer uma definição de florestas em linha com os objetivos e princípios da CBD.

Que há em jogo?

Desmatamento e mudança climática

As florestas do mundo são ecossistemas críticos para os povos que dependem delas, bem como para a regulação global das chuvas e do clima, e, logicamente, da biodiversidade. No entanto, estão desaparecendo. O desmatamento é causado principalmente pela produção de mercadorias (geralmente) subsidiada, um problema composto pela crescente demanda de agrocombustíveis/bicombustíveis e carne, entre outros.

As florestas com alta biodiversidade têm estado sofrendo contínua agressão de empresas e governos, envolvendo deslocamento indiscriminado de povos da floresta em nome do chamado manejo florestal sustentável (MFS), áreas protegidas e habitat selvagem crítico. Além disso, a crise climática representa uma enorme ameaça crescente para as florestas do mundo. Se não for detida, ocorrerão grandes mudanças nos ecossistemas das florestas e sua biodiversidade, com grandes impactos negativos sobre as comunidades locais, incluindo a destruição dos meios de vida e abruptas mudanças sociais. O impacto da perda da biodiversidade e da regulação do clima fornecida pelas florestas atingiria a população do mundo inteiro, acrescentando-se aos imprevisíveis extremos de clima que já estamos começando a experimentar.

Falsas soluções para a conservação da biodiversidade das florestas - REDD+ baseado no mercado e compensações

Enquanto que uma sinergia saudável entre a CBD e a UNFCCC seria benéfica tanto para a biodiversidade quanto para o clima, uma perigosa convergência entre essas duas convenções está sendo tramada, liderada por aqueles que querem obter lucros da crise climática através de mecanismos comerciais como, por exemplo, compensações de carbono, comércio de carbono e planos REDD+. Os enfoques atuais de REDD+ não distinguem entre florestas e plantações (ver ponto infra); ignoram as salvaguardas para a biodiversidade e direitos dos Povos Indígenas/humanos e rejeitam a monitoração independente. Em sua atual manifestação, REDD+ não trata adequadamente das causas diretas e subjacentes do desmatamento e também não nos leva à solução real: cortar as emissões de combustível fóssil na fonte.

Portanto, receamos que esses enfoques coloquem em risco/erodam os direitos coletivos dos Povos Indígenas e das comunidades da floresta e coloquem a

biodiversidade em perigo, tanto em nível global (através da mudança climática) quanto em nível local (através da “atividade madeireira sustentável”, produção de biocombustível, etc.). Em particular, os direitos dos Povos Indígenas, protegidos por tratados internacionais, poderiam estar em perigo pelas reclamações de propriedade de carbono ou biodiversidade pelas organizações que ditam o uso da floresta que estão pagando para “salvar”. Além disso, algumas sociedades também esperam manter acesso a outros recursos, isto é, minerais, zoneando as florestas e compensando a destruição em uma área com “proteção” de “áreas prioritárias para conservação” de biodiversidade de alto valor em outra.

As plantações não são florestas

As plantações não são florestas; não têm as mesmas funções na manutenção da biodiversidade, dos solos, da água e na regulação do clima, e também têm impacto negativo nos ecossistemas locais e nos meios de vida dos povos dependentes das florestas. O estabelecimento de plantações e substituição também têm tido um impacto devastador sobre os solos. A noção de que as árvores de rápido crescimento seqüestram mais carbono que uma floresta em pé é falsa. Além disso, as plantações raras vezes fornecem meios de vida aos povos da floresta; na maioria dos casos causam uma série de problemas sociais, incluindo perda de meios de vida e conflito. No entanto, disfarçadas de florestas, as árvores de monoculturas para madeira estão progressivamente substituindo os ecossistemas de florestas ricos em biodiversidade.

Árvores modificadas geneticamente

O uso de árvores geneticamente modificadas agravaria os problemas associados com as plantações de árvores com fins industriais, promoveria e acrescentaria novas ameaças com conseqüências de grande alcance para as florestas e os ecossistemas das florestas. Além da característica desejada, a engenharia genética introduz mudanças imprevisíveis e não desejadas em uma árvore, que poderiam virar somente evidentes anos depois do crescimento de uma árvore ou gerações depois. A engenharia genética poderia aumentar a competitividade ou invasão de árvores, mudar sua interação com outros organismos como micróbios do solo, insetos e outras plantas ou poderia afetar sua resposta ao estresse biótico ou abiótico, por exemplo, poderiam ser mais vulneráveis a tormentas, incêndios ou patógenos. Também poderia diminuir o número de organismos benéficos, incluindo predadores. O escape através de sementes ou cruzamento através do pólen com a decorrente contaminação genética das florestas naturais é um risco maior associado com testes de campo e plantações comerciais de árvores GM.

Que deve acontecer? Que deveria fazer a CBD?

Acabar com o desmatamento é uma parte crítica de acabar com a perda de biodiversidade e a CBD (não a UNFCCC nem os mercados de carbono) deveriam liderar a tarefa de proteger as florestas.

Já que essas Partes devem:

Convir a redução o desmatamento a zero até 2020

- Abordar as causas diretas e subjacentes do desmatamento, começando com subsídios perversos, como aqueles para os biocombustíveis (ver Informação #6 sobre Bioenergia) e outras mercadorias como feijão-soja e carne.

- Seguir um enfoque baseado no ecossistema para a proteção das florestas que priorize as florestas primárias, contenha salvaguardas da biodiversidade e reconheça os direitos das comunidades da floresta ao acesso, controle e governo das florestas, bem como a essencial função das mulheres no governo e proteção das florestas.

Rejeitar enfoques que reduzam as florestas a estoques de carbono e transações

- Isso inclui as compensações de biodiversidade e enfoques REDD baseados no mercado que carecem de salvaguardas apropriadas para a biodiversidade e direitos humanos/dos povos indígenas que ainda têm que reduzir de forma demonstrável as emissões de carbono.
- Fortalecer seu diálogo com a UNFCCC para garantir que qualquer política relacionada com o clima e as florestas leve em conta devidamente o feixe total de valores da floresta, incluindo a função fundamental dos Povos Indígenas e ICCAs nos esforços de mitigação do carbono, assegurando a devida conservação e respeito pela biodiversidade da floresta enquanto se luta pelos direitos dos Povos Indígenas.

Estabelecer uma definição de florestas em linha com os objetivos e princípios da CBD

- Liderar um processo global para estabelecer uma definição universalmente aceita de florestas e manejo sustentável das florestas, inspirada através de um enfoque de ecossistema que inclua os direitos das comunidades ao acesso, controle e governo das florestas; essa definição deveria excluir as plantações de monoculturas de árvores, bem como evitar a invasão de espécies exóticas.

Convir uma moratória obrigatória sobre todos os testes de campo ou lançamentos de árvores GM

[início](#)

- Mudança Climática, Geoengenharia e Biodiversidade

Resumo do tema

A função da biodiversidade na política de mudança climática está recebendo maior atenção: tanto como a perda de biodiversidade piora a mudança climática quanto como a proteção da biodiversidade precisa ser central para qualquer estratégia efetiva de adaptação ou de mitigação. As partes devem garantir que os princípios da CBD (por exemplo, princípio precautório, enfoque de ecossistema, direitos de Povos Indígenas) sejam apoiados e aplicados em todas as estratégias para combater a mudança climática. A conservação da biodiversidade não será atingida através dos mecanismos de mercado e consertos técnicos que são dominadores entre opções de política pública contemporâneas - na realidade há o perigo que a excessiva confiança nos enfoque de mercado e tecnologias não provadas possam piorar a proteção da biodiversidade.

Que há em jogo?

Irá a resposta global à mudança climática proteger a biodiversidade e fortalecer a resiliência comunitária e dos ecossistemas ou realmente fará com que a situação piore através da promoção de soluções falsas?

Fazendo geoengenharia de nós mesmos com um planeta?

O fato de não adotar políticas efetivas para reduzir as emissões tem resultado em maior apoio em alguns países ricos para enfoques de geoengenharia extremista (tentativas tecnológicas em grande escala de manipular intencionalmente o clima) que terão conseqüências devastadoras sobre a biodiversidade:

- A fertilização dos oceanos (estimulando o crescimento de algas para absorver o CO₂ atmosférico excedente) ameaça os ecossistemas marinhos, bem como os meios de vida de pescadores e povos costeiros.
- Disparar sulfatos na estratosfera (para mascarar o aquecimento global, refletindo a luz do sol para o espaço exterior) vai causar estragos na camada de ozônio e nos padrões de chuvas globais.
- O biocarvão (biomassa queimada/carbonizada supostamente para seqüestrar carbono no solo e melhorar a fertilidade do solo) é tentado como uma solução para o clima, a segurança alimentar e a energia, mas de fato resulta em maiores pressões sobre a terra e sobre o fornecimento de alimento das pessoas que já têm fome e não possuem terras.

Em todos os casos, o suposto “seqüestro de carbono” ou “efeito de esfriamento” é controverso cientificamente e implica um risco muito alto, mas a ameaça para a biodiversidade e meios de vida relacionados são reais e tangíveis. A geoengenharia representa uma ameaça sem precedentes para a biodiversidade e a capacidade das comunidades locais e dos povos indígenas de desfrutar equitativamente seus benefícios; a CBD deveria fortalecer a função que já tem tido neste assunto.

Vale tudo para a mitigação climática, salvo o corte das emissões

Na busca de uma mudança rápida nos combustíveis (para deixar os combustíveis fósseis), estão proliferando novas tecnologias e fontes de energia questionáveis. Por exemplo:

- Grandes monoculturas de propriedade de empresas para os agrocombustíveis (por exemplo, cana-de-açúcar, feijão-soja, jatrofa, dendezeiro) estão destruindo ricos ecossistemas biodiversos e privando os povos locais e indígenas de seus meios de vida, enquanto aumenta o uso de petroquímicos e fertilizantes, dois dos principais contribuintes para o aquecimento global (Ver Informação #6 sobre bioenergia),
- A indústria da biotecnologia GM visualiza a mudança climática como uma grande oportunidade de ‘contribuir’ com a adaptação à mudança climática e sua mitigação, usando tecnologias que têm riscos para a diversidade biológica e para as comunidades (isto é, árvores submetidas a geoengenharia, biologia sintética)
- O estabelecimento de barragens em grande escala que devastam a biodiversidade da água e da terra em áreas inteiras -despejando povos locais de suas terras natais. Enquanto isso, as barragens e reservatórios, particularmente nos trópicos de terras baixas também são fontes significativas de metano, um poderoso gás de efeito estufa.

A UNFCCC é o caminho errado

Até agora, o enfoque dominador para a mitigação da mudança climática tem estado constituído pelos imperativos de mercado da UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática) -que até agora tem demonstrado ser um

fracasso em termos de redução das emissões de CO2 e de atingimento do santo graal do desenvolvimento sustentável. A UNFCCC não somente tem fracassado em reduzir as emissões de gases de efeito estufa (os níveis de concentração atuais estão em aproximadamente 390ppm em comparação com 350ppm em 1990) mas tem na realidade apoiado algumas políticas que distorcem as funções do ecossistema sem outorgar benefícios climáticos tangíveis. Esse é especialmente o caso do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que não tem conseguido atingir significativas reduções de emissões e não tem contribuído com o desenvolvimento sustentável.

Agora o REDD (Redução de emissões decorrentes de desmatamento e degradação das florestas) e o REDD+ -com sua impressionante concentração/ ênfase em enfoques baseados no mercado (isto é, comércio de carbono baseado em REDD)- podem resultar na maior apropriação de terras por empresas que tenha sido testemunhada até agora e também uma nova forma de privatizar o “ar”. A experiência do MDL e os resultados menos do que ideais de outros pagamentos por serviços de ecossistemas, deveriam dar-nos razões demais para fazer uma pausa e considerar caminhos de políticas alternativas (ver Informação #5 por mais informações sobre REDD e o Informação #2 sobre recursos financeiros).

Propostas para COP 10 e além

Enquanto que o enfoque orientado ao mercado da UNFCCC está filtrando-se na CBD, as Partes devem adotar um caminho diferente, já que há pouca evidência que o enfoque baseado no mercado vai funcionar (ver Informação #2 sobre recursos financeiros). A proteção da biodiversidade e aqueles que a protegem e a nutrem são elementos fundamentais na luta contra a mudança climática.

As partes devem:

- Adotar uma moratória sobre geoengenharia e biologia sintética, conforme proposto em SBSTTA 14.
- Garantir que qualquer medida adotada pela UNFCCC (ou outras organizações internacionais) respeite a conservação da biodiversidade, bem como os meios de vida associados que a mantêm, e que todas as medidas necessárias que devam ser adotadas para evitar a perda de biodiversidade e de diversidade cultural sejam adotadas de forma urgente. Isso inclui reafirmar a importância da Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIPs).
- Rejeitar enfoques que reduzam as florestas a estoques de carbono (e transações), incluindo compensações de biodiversidade e enfoques REDD baseados no mercado que carecem de proteções apropriadas para a biodiversidade e direitos humanos/indígenas e tem ainda que reduzir de forma demonstrável as emissões de carbono (por exemplo, MDL).
- Rejeitar a apropriação de terras e as plantações de monoculturas para biocombustíveis e biocarvão (ver Informação #6 sobre bioenergia).
- Promover e apoiar a função que as terras conservadas pelas comunidades e terras indígenas têm na mitigação do clima.
- Defender a moratória prévia, já que as ameaças reconhecidas não têm diminuído. Em particular, a moratória sobre GURTs (tecnologia Terminator) e a submissão de árvores a geoengenharia

- Incentivando a perda de biodiversidade: Biomassa para Biocombustíveis, Bioenergia, Biochar e as Tecnologias da nova Bioeconomia

Resumo da questão

A bioenergia e os biocombustíveis em escala industrial, com suas novas demandas por madeira, produtos agrícolas e outra biomassa vegetal, vêm provocando impactos sérios e irreversíveis na biodiversidade, e em especial nas florestas. Movidos por investimentos estrangeiros, vastas áreas de terra estão se tornando matéria-prima para a bioenergia no Sul, minando os direitos dos Povos Indígenas, a soberania alimentar, a reforma agrária e os direitos territoriais. O discurso da CDB “para promover os impactos positivos e minimizar os negativos da produção de biocombustíveis” deve ser substituída por um apelo para dar fim a todos os perversos incentivos que estimulam a expansão da produção industrial de bioenergia.

O que está em jogo?

As indústrias se juntam para formar a nova bioeconomia

Os biocombustíveis e a bioenergia aparecem como a base energética do “conhecimento baseado na bioeconomia (KBBE)”, fundado na ideia da substituição dos combustíveis fósseis como fonte de energia e outros produtos com biomassa. As principais indústrias, incluindo as indústrias da biotecnologia GM, do agronegócio, a automobilística, petrolífera, madeireira, do papel e celulose, todas vêm o lucro potencial na “nova bioeconomia” e o desenvolvimento da química vegetal. A UE e os EUA continuam promovendo a bioeconomia enquanto a Índia, o Brasil e a China estão entre aqueles que a exploram. A expansão da bioenergia (biocombustíveis e biomassa) industrial em grande escala faz parte de uma agenda política que diz que aborda a mudança climática e a segurança energética, mas compromete seriamente os usos tradicionais e em pequena escala.

Os objetivos bioenergéticos só dos EUA e da UE estão aumentando a demanda tão drasticamente que já grandes regiões do Sul estão se transformando em plantações industriais de monoculturas e lavouras energéticas para a exportação. Enquanto isso acontece em nome da redução das emissões dos gases de efeito estufa, o ciclo vital representa mais processos bioenergéticos que incluem o transporte de combustíveis e a queima para obter eletricidade indica um aumento total das emissões. A promoção do biochar (transformação de biomassa em carvão) para supostamente ‘sequestrar o carbono’ e assim providenciar compensações para as emissões irão aumentar ainda mais a demanda por biomassa.

Impactos sobre a biodiversidade

Desde a última COP da CDB em 2008, vários relatórios esclareceram e documentaram os impactos da bioenergia industrial. Entre eles:

(1) A medida que a demanda da bioenergia subsidiada cresce, a biodiversidade é destruída

A demanda de bioenergia está levando a maior transformação dos ecossistemas naturais em plantações industriais, tendo também um impacto significativo nos

recursos hídricos , com contaminação por pesticidas e produtos químicos, e nas florestas. Na UE e nos EUA, novas instalações para a queima de madeira em escala industrial estão gerando uma nova fonte de demanda de madeira, o que compromete seriamente as políticas para conservar e restaurar a biodiversidade florestal .

(2) A bioenergia industrial concorre com a produção de alimentos e agudiza a fome. A bioenergia industrial concorre com a produção de alimentos por lavouras, água e terras . No entanto, o desvio para as 'lavouras' energéticas continua se intensificando, e assim desloca outras lavouras para remplazar biodiversidade e florestas em outros locais . Seus promovedores alegam que as futuras tecnologias que exploram celulose, vegetais não comestíveis e árvores irão evitar esse conflito, mas as exigências subjacentes de terra, solo e água permanecem. As lavouras que são fonte tanto de suprimento para o biocombustível quanto para os animais, tais como a soja e o milho, se somam às pressões. Além disso, os estudos têm provado que não há terra suficiente para a produção de biocombustíveis que possa satisfazer a atual demanda de energia .

(3) A bioenergia industrial está alimentando a especulação e o investimento em terras, o que implica uma nova era de colonização e de "apropriações de terras". Os investidores estão se apossando de vastas áreas de terras no mundo todo, para satisfazer a demanda cada vez maior de lavouras de alimentos e de bioenergia . Conforme o Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Alimentares (IFPRI), os investidores estrangeiros estão negociando acordos por mais de 20 milhões de hectares de terra na África, Ásia e América Latina. Alega-se frequentemente que tais terras são "marginais, abandonadas e degradadas" apesar de que, na realidade, podem ser usadas por pastores, pequenos produtores de alimentos, povos indígenas e comunidades locais. Os impactos são evidentes: as pessoas são despejadas de suas terras e sofrem insegurança alimentar, as mulheres e suas famílias perdem o acesso à bioenergia tradicional para uso local, os ecossistemas são degradados, fragmentados e perdem sua resiliência e capacidade de regeneração, os recursos hídricos são estragados e esgotados, a biodiversidade se perde e as plantações de bioenergia impedem a regeneração dos ecossistemas nativos nessas terras.

(4) A bioenergia industrial está aumentando o desenvolvimento e o uso de novas lavouras e de tecnologias potencialmente perigosas

As lavouras e as árvores geneticamente modificadas são apresentadas como soluções para tudo, desde aumentar a velocidade de crescimento até fazer que lavouras e árvores sejam mais fáceis de processar na produção de energia. Eucaliptos, álamos e outras espécies de árvores vêm sendo desenvolvidas e testadas para atingir o crescimento mais rápido e para terem menores quantidades de lignina (um material estrutural na madeira que interfere com seu processamento). Variedades de cereais recentemente desenvolvidas foram modificadas geneticamente para que tanto o grão quanto o talo possam ser transformados em etanol, entre outros exemplos . As árvores e as lavouras modificadas podem contaminar seus congêneres silvestres e assim ameaçar seriamente a biodiversidade.

A biologia sintética promete a construção de micróbios “sintéticos” para ajudar na digestão das plantas de celulose para sua refinação e a transformação em biocombustível e “bioprodutos”. No entanto, a biologia sintética está em grande medida desregulada e as consequências da liberação de organismos sintéticos nos ecossistemas são completamente desconhecidas .

Espécies invasoras: Sabe-se que muitas lavouras de biocombustíveis são de espécies invasoras, a saber, painço, miscanto, jatrofa, moringa, eucalipto, salgueiro, no entanto, o cultivo dessas espécies vem sendo amplamente incentivado e apoiado .

O que aconteceria na COP 10 e depois?

A despeito de todos esses impactos cada vez maiores e das ameaças à biodiversidade, o discurso na CDB, de fato, encoraja o desenvolvimento dos biocombustíveis ao falar da “necessidade de promover os impactos positivos e minimizar os negativos da produção de biocombustíveis e seu uso na biodiversidade” . No entanto as Partes devem se manter fiéis aos princípios fundamentais da CDB, especialmente aqueles relacionados com os direitos indígenas, o princípio de cautela e a abordagem dos ecossistema.

As Partes na COP 10 devem:

- Reafirmar que a biodiversidade e os ecossistemas são básicos para nossa sobrevivência e sua resiliência e restauração são fundamentais. Toda forma de incentivo para a bioenergia industrial deveria ser classificada como perversa e deve ser removida.
- Apoiar uma moratória no uso comercial e na liberação ambiental de organismos sintéticos como foi parcialmente proposto pela SBSTTA 14.
- Não dar nenhum incentivo à produção de biocombustíveis em grande escala; nenhum encorajamento aos combustíveis deveria estar implícito a través da CDB.

[início](#)

- Ação na CDB contra as árvores transgênicas

Um grupo de redes e organizações sócio- ambientais, preocupado pela possibilidade de que as Nações Unidas afinal apoiem políticas que aceitem e promovam as árvores transgênicas, alertou sobre os prejuízos que teriam e que se agravariam dentro do modelo de monoculturas em grande escala.

A seguir reproduzimos a “Carta aberta a participantes da 10ª Conferência das Partes (COP X) da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) e da 5ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP V) que serão realizadas em Nagoya, Japão, em outubro de 2010.

Detenham o extermínio- Detenham as árvores transgênicas

A Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CDB) nasceu em 1992, em ocasião da Cúpula da Terra, com a missão de constituir-se em instrumento

jurídico internacional que garantisse a proteção da biodiversidade, e foi reconhecida como um bem mundial de valor inestimável para a sobrevivência das gerações presentes e futuras. Reconhecia-se que era necessário percorrer um caminho de desenvolvimento que não implicasse a destruição da diversidade biológica e que tivesse um conteúdo de justiça social.

Hoje reafirmamos essa necessidade. Mas a conjuntura atual revela que estamos cada vez mais longe de atingir o objetivo. O mundo globalizado marcha arrastado por poderosas forças empresariais cuja consideração última é o lucro. Esse caminho de mau desenvolvimento tem uma seqüela de extermínio, exploração e exclusão.

No âmbito da CDB essas forças também pretendem expressar-se e fazemos uma alerta diante de uma de suas máximas expressões de sofisticado extermínio: as árvores transgênicas.

Salientamos dois aspectos muito perigosos do modelo que visa entrar na CDB: a técnica da engenharia genética- com inúmeras perguntas sem responder e sem conhecer as consequências no longo prazo das modificações- e o modelo de monocultura associado.

A engenharia genética que uniformiza as culturas para garantir maiores lucros das empresas donas das patentes tem devastado a biodiversidade. As árvores transgênicas- manipuladas ora para reduzir seu conteúdo de lignina, ora para gerar maior resistência às pragas, acelerar o crescimento ou resistir o frio- unificam o modelo de negócios em expansão a qualquer custo com o de monoculturas e ambos prosperam sobre o extermínio de ecossistemas diversos. As árvores geneticamente modificadas têm o potencial de contaminar seus congêneres silvestres e potencializar assim a ameaça para a biodiversidade.

As monoculturas de árvores associadas à pesquisa da engenharia genética são um elemento de apropriação da terra, em detrimento da soberania alimentar; causam o extermínio de outros ecossistemas, do solo, da água e das comunidades que habitam nesses ecossistemas e deles dependem.

São várias as portas por onde podem entrar as árvores transgênicas na CDB:

Agrocombustíveis e energia baseada na madeira.- As árvores de plantações industriais geneticamente modificadas para crescer mais rapidamente, ser plantadas em forma mais densa, sobreviver em climas frios e com a capacidade de se transformar mais facilmente em combustível líquido são as principais candidatas para servir como matéria- prima da bioenergia. O aumento maciço da demanda de madeira como bioenergia irá acelerar o desmatamento, a conversão de florestas e pradarias em plantações e a perda de diversidade biológica e cultural. Os cientistas prognosticam que, em decorrência deste crescimento exponencial de demanda de madeira, para o ano 2060 a conversão de florestas e pradarias em plantações será total.

Florestas.- A definição de florestas que fornece a FAO e é adotada pela CDB inclui as monoculturas de árvores, que se parecem com as florestas como as plantações

de milho se parecem com as pradarias. É assim que as plantações industriais, nas antípodas da diversidade, chegam a ser promovidas e inclusive subsidiadas como parte dos esforços de “florestamento”, “reflorestamento” e “restauração de florestas”.

Mitigação da mudança climática.- Entre os mecanismos para enfrentar a mudança climática, a UNFCCC (Convenção sobre Mudança Climática) propôs vários que o agravam, entre eles as plantações como sumidouros de carbono (que permitirá que não se reduzam as emissões), a proposta de “incrementar as reservas de carbono florestal” (REDD+) que incentiva as monoculturas de rápido crescimento e recentemente, a proposta denominada “biochar”- carvão vegetal agregado ao solo obtido da queima de árvores. A iniciativa REDD poderia inclusive incluir árvores transgênicas.

Por outro lado, na Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena, será tratado o assunto da avaliação dos riscos das árvores transgênicas. O propósito da avaliação do risco deve ser evitar impactos no ambiente, a biodiversidade, a saúde humana e o bem-estar econômico e social da população. Portanto, o eixo reitor da avaliação do risco deve ser o princípio de precaução.

Por isso tudo é preciso que a COP X e a MOP V fortaleçam a decisão tomada em 2006, quando foram reconhecidas as incertezas relacionadas com os potenciais impactos ambientais e sócio- econômicos, com inclusão dos impactos no longo prazo e transfronteiriços das árvores geneticamente modificadas sobre a diversidade biológica das florestas, bem como sobre o sustento das comunidades indígenas e locais, e que seja recomendado o princípio de precaução.

Pela defesa da Biodiversidade e da Vida NÃO às Árvores transgênicas!”

Assinam: Coecoceiba AT Costa Rica, Econexus, Grupo ETC, Global Justice Ecology Project, FASE, FOEI (Amigos da Terra Internacional) OLCA, RALLT (Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos), RECOMA (Rede Latinoamericana contra as Monoculturas de Árvores) Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, REDES AT Uruguai, Sobrevivência AT Paraguai.

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Equador: em defesa do projeto Yasuní- é assim que se conserva a biodiversidade

A proposta equatoriana de deixar intocada para sempre uma quantidade de petróleo estimada em 850 milhões de barris na região de alta biodiversidade do bloco conhecido como ITT, dentro da floresta do Parque Yasuní (vide boletim N° 157 do WRM), marcou uma mudança de rumo para a direção certa na estratégia de proteção da diversidade biológica. O Equador, que baseia grande parte de sua receita na exportação de petróleo, evitaria a correspondente emissão de 410 milhões de toneladas de dióxido de carbono em troca de uma compensação monetária internacional equivalente no mínimo a 50% dos benefícios que receberia

caso explorasse essas reservas, no contexto da dívida ecológica que as potências industrializadas mantêm com os países do Sul, fornecedores da matéria-prima de sua riqueza.

Trata-se também de uma iniciativa que conjuga a proteção da riquíssima diversidade biológica da floresta tropical com a dos povos indígenas que nela habitam e dela dependem. Além disso, considera a necessidade de não aprofundar a crise climática já que evita o desflorestamento e a contaminante exploração petroléira. E por último, coloca em jogo valores de responsabilidade e solidariedade, dos que se fala muito, pouco se praticam e cada vez se tornam mais imprescindíveis para sermos resgatados do destino de destruição ao qual nos encaminhamos. Constitui um passo rumo a uma sociedade e economia pós- petroléiras.

Nesse sentido, a proposta equatoriana não é vendida no mercado, não serve para compensar as contaminações dos outros, não veste um santo para despir o outro. Mas para funcionar precisa de apoios. Apoios econômicos que, por outra parte, são historicamente justos. Para começar, o Equador precisa receber 100 milhões de dólares neste ano, uma cifra que implica a renúncia da metade do que receberia se explorasse o petróleo. E está na hora de que os países que historicamente prosperaram à custa de um modelo de desenvolvimento injusto que hoje cobra a todos sua conta de destruição respondam e se comprometam a sério.

Em 2008, o parlamento alemão declarou sua disposição para apoiar a proposta, uma posição que foi assumida pelo governo e que significou um respaldo internacional. Foi uma decisão que contou com um amplo apoio e compromisso de grandes setores da sociedade alemã.

No entanto, com a mudança de governo, em meados de setembro o novo Ministro de Cooperação alemão, o liberal Dirk Niebel- que tinha se declarado em favor de abolir a ajuda ao desenvolvimento- expressou sua reticência a financiar a Iniciativa Yasuní- ITT.

Esgrimiou dúvidas do tipo de como seria garantida no longo prazo a não exploração do petróleo e argumentou que existem outras “inúmeras alternativas em discussão” para a conservação das florestas no Equador. Nesse sentido mencionou o mecanismo REDD (Redução de emissões por desflorestamento e degradação das florestas) e o programa “Sociobosque”- questionado porque pretende comercializar como “serviços ambientais” a água, a biodiversidade e o carbono, e porque não evitaria que sejam realizadas atividades destrutivas como mineração ou extração de petróleo nas áreas abrangidas no convênio.

A notícia foi como um balde de água fria para os impulsores do projeto. Mas a sociedade civil logo respondeu. A rede internacional Oilwatch enviou uma carta aberta aos parlamentares alemães refletindo que a declaração de Niebel abre uma crise que, de todas formas, pode resultar em uma oportunidade para discutir assuntos de fundo. “Como enfrentaremos a crise climática? Quais são as responsabilidades Norte- Sul no tocante à crise? Como evitar novas formas de despojo? Como enfrentaremos a aceleração da produção e o declive petroléiro?”

A Oilwatch relembra que “No cenário internacional sobre a crise climática os poluidores, os bancos e as empresas responsáveis têm investido tempo e dinheiro

para transformar os problemas reais de destruição de ecossistemas, poluição, doenças e desastres climáticos, em discussões virtuais sobre moléculas de carbono e finanças, que quase ninguém consegue entender. Dessa forma, distraem as soluções e as substituem por uma série de evasivas muitas vezes não apenas inviáveis ou absurdas mas também perversas”.

Por outro lado, “a fortaleza da iniciativa Yasuni- ITT tem sido manter-se sempre fora do mercado do carbono e da REDD, alheia às negociações impulsionadas sob o protocolo de Kioto. A pretensão de vincular a proposta Yasuni a REDD não contribuiu para seu sucesso. Pelo contrário, semeia dúvidas, pois a REDD- e sua provável versão nacional SocioBosque- não cumpre com as expectativas das organizações indígenas nem serve para solucionar o problema do clima. As críticas também apontam que poderia acarretar a perda de direitos coletivos das comunidades envolvidas e descumprem o espírito e a letra da Constituição equatoriana que reconheceu a natureza como novo sujeito de direitos (Arts. 10 e 71) e que como sujeito diz: ‘... os serviços ambientais não serão suscetíveis de apropriação’ (Art. 74)”.

Por sua vez, na Alemanha, a organização Rettet den Regenwald reuniu em pouquíssimo tempo mais de 9.000 assinaturas para um manifesto (“Colabore com dinheiro para a floresta, Sr. Niebel!” <https://www.regenwald.org/protestaktion.php?id=621>) que reclama que o apoio alemão ao projeto equatoriano seja mantido.

A mobilização foi crucial. Em uma turnê oficial por Berlim em apoio à proposta, a ministra equatoriana de patrimônio reuniu-se com integrantes do parlamento alemão e recebeu o apoio das cinco forças políticas lá representadas. Falta a definição da administração, mas a ministra expressou sua confiança em voltar a recuperar o apoio alemão para a iniciativa ITT- Yasuni.

Caso contrário, como diz o economista equatoriano Alberto Acosta, ex-ministro das Minas e Energia e ex-presidente da Assembléia Constituinte do Equador, "Teremos que impulsar com força a Opção C: deixar o cru no subsolo, mesmo sem conseguir a contribuição internacional”.

Artigo elaborado com base na “Carta abierta de la red Oilwatch a los parlamentarios alemanes”, 20 de setembro de 2010, Oilwatch; “Alberto Acosta rechaza posible incumplimiento de Alemania [Yasuni ITT]”, el Ecuatoriano Noticias, <http://www.elecuadoriano.com/noticias/?p=14213>; informação recebida de Guadalupe Rodríguez, Salva la Selva, guadalupe@regenwald.org, <http://www.salvalaselva.org>

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Análise crítica do trabalho “A silvicultura e a água: Ciência, Dogmas, Desafios” (Walter de Paula Lima, 2010)

Recentemente foi divulgado um novo trabalho do Professor Walter de Paula Lima (WPL) intitulado “A silvicultura e a água: Ciência, Dogmas, Desafios” (1), que parece

questionar a experiência de inúmeras comunidades que tiveram seus recursos hídricos afetados devido à instalação de grandes monoculturas de eucaliptos.

No entanto, na realidade o trabalho de WPL contribui com uma série de elementos que- apesar dos objetivos do autor- confirmam de fato o que as comunidades já sabem: que as grandes monoculturas de eucaliptos em efeito afetam a água.

O que faz mais interessante a leitura do trabalho de WPL é que parece ser a obra de um hábil prestidigitador, capaz de fazer com a ciência diga o oposto ao que a ciência diz, e de levar o leitor a acreditar que obviamente não compreendeu o que acaba de ler.

Já o título do trabalho é um bom exemplo do anterior, porque ao que parece há uma ciência (por ele representada) que se contrapõe aos dogmas (representados por todos aqueles que sustentamos que as plantações impactam sobre a água) e que no final haverá uma resposta clara (apresentada por ele) para resolver os desafios decorrentes das plantações.

O fato de as grandes monoculturas de árvores terem dado lugar a uma oposição generalizada no mundo todo é definido por WPL como um raro “paradoxo”, e nesse sentido ele diz:

“Paradoxalmente, o advento de plantios florestais – e principalmente a expansão mais recente destas áreas com plantações florestais, devido ao crescimento de sua importância econômica – vieram, no mundo todo, acompanhadas por uma opinião pública generalizada de que elas, ao contrário das florestas naturais, seriam prejudiciais aos recursos hídricos.”

A não ser que WPL considere que tal opinião obedece a uma confabulação ou conspiração global contra o eucalipto, seria lógico tentar identificar as causas de tal “opinião pública generalizada”. No entanto, limita-se a classificá-la como “crença” (e, portanto, um dogma) e a ridiculariza misturando causas reais e fictícias para tal oposição:

“E nessa crença generalizada há de tudo, além do estigma da palavra “eucalipto”:
“as plantações florestais consomem muita água” [real], “secam o solo” [real], “suas raízes furam o lençol freático” [fictícia], “inibem a formação de nuvens” [fictícia], “desestabilizam o ciclo hidrológico” [real], etc.

E obviamente esquece mencionar as principais causas esgrimidas pelas comunidades locais afetadas pelas plantações: que secam córregos, riachos, poços, zonas úmidas e afetam assim seus meios de vida.

WPL opina depois sobre as florestas e as plantações, levando a que o leitor pense que é falso que as florestas conservem a água e que é falso que as plantações a afetem:

“No caso das crenças do passado, a preocupação que nutria as controvérsias residia no gradual desaparecimento das florestas para dar lugar ao desenvolvimento. Era preciso associar um aliado forte para ajudar a frear o

desmatamento, e o possível efeito negativo do desaparecimento das florestas sobre a água, sem dúvida, não poderia deixar de ser considerado pela sociedade, devido à importância vital da água. Quanto mais florestas, mais água, era o mote”.

Ou seja que os impactos do desmatamento sobre a água seriam simples "crenças do passado", originadas em uma espécie de estratégia publicitária de alguns atores (não identificados por WPL) para deter o desmatamento.

Em contradição com o anterior, mais à frente WPL nos informa- quanto às florestas da Austrália- que “isso explica, também, a reconhecida estabilidade hidrológica de microbacias protegidas com florestas naturais não perturbadas”. Em outra parte afirma que “o desmatamento e a desfiguração da paisagem, são fatores negativos para a manutenção dos recursos hídricos”.

Ou seja, que as “crenças do passado” são na realidade científicas!

“No caso das plantações florestais a polêmica, que é recorrente e está longe de ser resolvida, se acirra, não com o desaparecimento, mas sim com a expansão destas áreas. Só que, nesse caso, a crença é que quanto mais áreas com plantações florestais, menos água”.

Isto é, que os impactos das plantações sobre a água são também simples "crenças".

A contradição aqui é ainda mais clara e há abundantes referências apresentadas pelo próprio WPL quanto aos impactos das plantações sobre a água. O autor recorre a “alguns princípios já estabelecidos na ciência Hidrologia Florestal”, dizendo que “podem-se aceitar” alguns princípios estabelecidos por Calder (2007), entre os que salienta o seguinte:

“Plantações florestais com espécies de rápido crescimento apresentam, também, maior consumo de água em comparação com vegetação de menor porte, bem como com floresta natural ou plantações com espécies de crescimento lento. Como resultado, em algumas situações pode-se observar redução significativa do deflúvio na escala de microbacias”.

Ou seja, que aceita que as plantações questionadas no mundo todo (com espécies de rápido crescimento como o eucalipto) são de fato grandes consumidoras de água e “em algumas situações pode-se observar redução significativa do deflúvio na escala de microbacias”. E isto, dito por WPL não é obviamente uma “crença”, mas uma verdade científica.

Outro elemento apresentado por Calder e que é subscrito por WPL diz:

“Da mesma forma, tem sido observado que o percentual de ocupação da área da microbacia pelas plantações florestais é um fator muito importante para a ocorrência ou não desses efeitos. De fato, com base em alguns trabalhos em microbacias experimentais, os resultados mostram que não há alteração no deflúvio se as plantações florestais ocupam apenas até 20% da área da microbacia hidrográfica”.

A conclusão óbvia- à qual com certeza não chega WPL- é que se essas plantações

ocupam mais de 20% da microbacia hidrográfica provocarão uma alteração no deflúvio. Isto é, que impactarão sobre a água, tal como foi constatado pelas populações locais em muitos países onde as plantações têm ocupado microbacias hidrográficas inteiras.

Nada disso impede que mais à frente passe à defesa aberta das plantações, sob um título que já diz tudo: “O Mito em Torno do Eucalipto”.

WPL afirma que “No mundo todo, as plantações florestais sempre estiveram na mira de discussões acaloradas, relacionadas principalmente com seus possíveis impactos sobre os recursos hídricos, como resultado da percepção genérica de um consumo exagerado de água”.

Isso é simplesmente falso. O debate sobre as plantações florestais não esteve **sempre** no alvo de discussões acaloradas. A instalação de plantações florestais é um fenômeno de muitos séculos e não deu lugar a nenhum tipo de debate vinculado à água. Em todo caso, o debate esteve em torno da apropriação de terras das comunidades locais para estabelecer nelas plantações (de coníferas, carvalhos, teca, etc.)

O verdadeiro debate vinculado a plantações e água surge justamente com a instalação de grandes plantações de eucalipto e o caso melhor documentado é o da Índia na década de 1980 (Shiva & Bandyopadhyay, 1987 - (2)). Neste caso concreto não se tratou de lutas por “seus possíveis impactos sobre os recursos hídricos”, mas de lutas sociais (e não simples “discussões acaloradas”) causadas pelos impactos **constatados** sobre a água.

“Paradoxalmente”, é neste capítulo sobre “O Mito em Torno do Eucalipto” onde WPL apresenta mais elementos probatórios sobre os impactos das plantações sobre a água.

É claro que primeiramente tenta confundir o leitor dizendo que “esses autores [Whitehead & Beadle 2004] são categóricos quando concluem que o eucalipto é uma espécie florestal absolutamente normal, que não consome mais água por unidade de biomassa produzida do que qualquer outra espécie florestal, apresentando, inclusive, uma melhor eficiência do uso da água”.

Uma leitura rápida do anterior pode levar o leitor desapercibido a concluir que o eucalipto é uma árvore normal e que ao ser mais eficiente no uso da água não consome mais água do que outras espécies. Conclusão falsa. O que WPL diz na realidade é que:

1) “Não consome mais água **por unidade de biomassa produzida**” [ênfase acrescentada]. Ou seja, que para produzir 1 quilo de biomassa (madeira) consome mais ou menos a mesma quantidade de água que outras espécies. No entanto, não explica que se produz mais biomassa por ano que outras espécies (coisa que efetivamente faz por ser de muito rápido crescimento), consumirá necessariamente mais água. Isto é, que ao focalizar no consumo de água **por unidade de biomassa produzida** [ênfase acrescentada], WPL está ocultando ao leitor o fato de que efetivamente consome muita mais água que outras espécies.

2) “Apresentando, inclusive, **uma melhor eficiência do uso da água**” [ênfase acrescentada]. Isto também leva a confundir o leitor. O que isso significa é simplesmente que conforme WPL o eucalipto utiliza menos água que outras espécies para produzir 1 kg de biomassa. Se bem que duvidamos que tenha sido comprovado cientificamente que todas as cerca de 650 espécies de eucalipto existentes no mundo tenham essa qualidade, o certo é que é totalmente irrelevante para o que realmente interessa discutir: se os eucaliptos plantados em monoculturas consomem ou não mais água que outras espécies.

3) Por outro lado, o eucalipto que é plantado hoje não é uma “espécie absolutamente normal”. Para começar, o eucalipto não é uma “espécie” senão que é um gênero de árvores, que inclui a mais de 600 espécies. As espécies de eucalipto que são usadas em grandes monoculturas no mundo todo são- entre outras coisas- espécies de rápido crescimento. Entre essas espécies, tem sido realizado durante décadas um processo de seleção dos genótipos de crescimento mais rápido. Os exemplares de crescimento mais rápido de tais genótipos (ou híbridos entre duas espécies de crescimento muito rápido) foram clonados. E isso é o que hoje é plantado. Não eucaliptos "normais", mas verdadeiras fábricas de produzir madeira no prazo mais curto possível. Para isso precisam necessariamente de grandes quantidades de água.

Além do antes explicado, WPL apresenta mais à frente a seguinte informação, que confirma o que todos nós sabemos: que as monoculturas de eucalipto de rápido crescimento impactam sobre a água. Diz: “existe a tendência do deflúvio anual da microbacia voltar às condições de equilíbrio original à medida que a plantação florestal avança em idade. Guardadas as devidas proporções, isso pode significar, em termos práticos, que um período de rotação (idade do corte da plantação florestal) maior do que o que se pratica atualmente no manejo de plantações florestais para fins de abastecimento industrial nas nossas condições poderia, eventualmente, permitir tempo suficiente para que o balanço hídrico da microbacia restabelecesse seu equilíbrio original”.

Uma jóia. Sem falar claramente, o que está dizendo é que as plantações com período de rotação curto (como "se pratica atualmente") impactam sobre o equilíbrio hidrológico da microbacia onde estão instaladas. Isso é devido ao crescimento muito rápido durante esses anos, que não permitem “tempo suficiente para que o balanço hídrico da microbacia restabelecesse seu equilíbrio original”. Ou seja, que as monoculturas de eucaliptos atuais- em particular as destinadas à celulose- afetam o equilíbrio hídrico das microbacias.

Mais à frente, WPL faz outra contribuição bem interessante ao dizer que Brown et al. (2007), “observaram também que essa diminuição do deflúvio seria menos significativa se os plantios fossem localizados o mais longe possível da rede de drenagem, ou seja, longe das áreas onde o lençol freático é mais superficial”.

Com isso é confirmado novamente o vivenciado por comunidades do mundo todo quanto aos impactos das plantações sobre o lençol freático superficial nos arredores das plantações.

E caso faltassem mais argumentos científicos, a citação a seguir o diz tudo:

“O trabalho de revisão de FARLEY et al. (2005), por outro lado, é muito esclarecedor no que diz respeito ao entendimento de como as interações entre o manejo florestal com outros fatores do meio podem resultar em impactos hidrológicos maiores ou menores. Analisando resultados de 26 conjuntos de microbacias experimentais de várias partes do mundo, totalizando 504 observações, esses autores concluíram que:

- em regiões onde o deflúvio médio anual é menor do que 10% da precipitação anual, o riacho da microbacia **pode secar como resultado do reflorestamento** [ênfase acrescentada]. Por outro lado, onde o deflúvio médio anual é em torno de 30% da precipitação anual, **a redução do deflúvio esperada é de cerca de 50%** [ênfase acrescentada];
- a redução do deflúvio aumenta com o crescimento da plantação florestal, mas o balanço hídrico da microbacia tende a voltar ao equilíbrio pré-existente **quando a plantação atinge idades mais avançadas**” [ênfase acrescentada].

Conclui-se então que, de acordo com esses autores- citados sem nenhum tipo de questionamento por parte de WPL- os “mitos” sobre os impactos das monoculturas de eucalipto de rápido crescimento sobre a água são bem reais.

Chama poderosamente a atenção que depois de apresentar toda essa informação, WPL ouse fazer estas duas afirmações, que se contradizem com tudo o exposto anteriormente:

- “O que essa polêmica reivindica, na realidade, não é a necessidade de se fazer mais pesquisas para demonstrar que o consumo de água pelas plantações florestais não difere muito, ou quase nada, do consumo de florestas naturais. Essa informação já existe, embora não tenha aplacado a inquietude”.

- “Quanto é o consumo de água pelas plantações florestais? Já vimos que a resposta para esta pergunta já existe – que não difere muito do consumo de florestas naturais ...”.

Depois disso, o leitor fica perplexo e acredita que não entendeu absolutamente nada de tudo o que leu até o momento. Não. Isso é simplesmente o resultado da arte do hábil prestidigitador, que a seguir volta a se contradizer:

“Não há nada de errado em se fazer plantações florestais, **nem tampouco no fato de que elas necessitam de bastante água** [ênfase acrescentada]. O que devemos verificar, todavia, é se esse consumo de água para atender a produção florestal está sendo hidrossolidário com as outras demandas de água”. Bastaria com que WPL visitasse alguma comunidade afetada pelas plantações para que percebesse que em muitos casos “a produção florestal não está sendo hidrossolidária com as outras demandas de água”, mas está sendo extremamente egoísta ao privar as pessoas de seus recursos hídricos.

A conclusão de tudo o anteriormente exposto é bem curiosa, em particular porque WPL diz que representa a Ciência:

- 1) WPL está totalmente de acordo com que as “plantações florestais de larga escala”- tal como as define (corretamente) apenas uma vez em seu trabalho-

impactam sobre a água e,

2) WPL está totalmente de acordo com que esses impactos são simplesmente um mito.

Mesmo que pareça incrível, tal contradição não é obstáculo para que, sem apresentar nenhum argumento, WPL tome partido pela segunda opção (o mito). Nesse sentido, no parágrafo final de seu trabalho diz:

“Dogmas, ideologia e disputas insólitas não fazem parte da solução, sendo apenas responsáveis pela falsa noção de que as plantações florestais são necessariamente maléficas para os recursos hídricos e pela perpetuação do folclore em torno do eucalipto”.

O parágrafo anterior visa esconder e deformar a realidade. As “disputas” (que não têm nada de “insólitas”) não se relacionam com a “falsa noção” de que “as plantações florestais são necessariamente maléficas para os recursos hídricos”, mas com o fato bem real de que as grandes monoculturas de árvores têm impactado sobre os recursos hídricos de inúmeras comunidades ao redor do mundo. Isso ocorreu em todos os lugares onde foram estabelecidas grandes monoculturas de árvores de rápido crescimento, do Chile ao Uruguai, da Colômbia ao Equador, na África do Sul, Suazilândia, Tailândia, Espanha, etc. No caso do Brasil, seria recomendável que WPL visitasse algumas comunidades afetadas em Espírito Santo, Extremo sul da Bahia e Minas Gerais e ouvisse (despojado de seus dogmas e ideologia) sua dolorosa experiência a esse respeito. Talvez assim deixasse de ridicularizar um assunto tão grave para as comunidades que sofrem os impactos das plantações, referindo-se ao assunto como uma simples “perpetuação do folclore em torno do eucalipto”.

No entanto, esse é o ator que WPL escolhe ignorar: as comunidades. Os moradores locais não se mobilizam em torno de “dogmas” ou “ideologias” (como certamente o fazem WPL e um setor da profissão florestal), mas reagem diante da perda de seus recursos, entre os quais está a água. Nesse sentido, é preciso salientar que as comunidades não só têm se levantado contra as plantações em larga escala porque secam seus córregos e fontes, como também porque acarretam uma longa lista de impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos, que afetam profundamente suas vidas.

No tocante à água, WPL sabe (o diz em seu trabalho) que é possível que em alguns casos denunciados pelas comunidades seja certo que “o riacho da microbacia” tenha secado “como resultado do reflorestamento” ou que em outras microbacias tenha ocorrido uma “alteração no deflúvio” se as plantações ocupam mais de “20% da área da microbacia hidrográfica”. Nesses casos, o papel de um verdadeiro cientista consistiria em ficar do lado das comunidades, provando que o que os moradores estão dizendo é verdade e que sua experiência empírica tem uma explicação científica. Infelizmente, as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas (que foram aquelas que mais denunciaram os impactos das plantações) não aparecem mencionadas nem uma única vez no trabalho de WPL.

Por tudo o anteriormente exposto, é possível concluir que o trabalho de WPL serve claramente aos interesses do setor florestal e celulósico que integra o “Diálogo

Florestal” (3) (organização responsável pela publicação de seu trabalho), porque serve como ferramenta para debilitar as lutas locais contra os impactos dessas mesmas empresas. É por isso que consideramos importante apresentar elementos para provar a falta de objetividade deste trabalho e para salientar os elementos que apresenta que confirmam o que denunciam as comunidades locais: que as grandes monoculturas de eucaliptos impactam efetivamente sobre os recursos hídricos. Esperamos ter cumprido com esse objetivo.

Ricardo Carrere, Coordenador Internacional do WRM, Outubro 2010

(1) Lima, Walter de Paula (2010).- A silvicultura e a água : ciência, dogmas, desafios. Rio de Janeiro : Instituto BioAtlântica, Diálogo Florestal (Cadernos do Diálogo ; v. 01).

<http://www.ipef.br/hidrologia/cadernos-do-dialogo-volume-1-agua-e-silvicultura.pdf>

(2) Shiva, Vandana & Bandyopadhyay, J. (1987) Ecological Audit of Eucalyptus Cultivation, Dehra Dun: Research Foundation for Science and Ecology

(3) Do qual fazem parte, entre outras, as empresas Fibria (Aracruz), Veracel, Kablin, Stora Enso, Masisa, Rigesa, Suzano, Cenibra e a Associação Brasileira de Celulose e Papel.

início

- Brasil: Sustentável somente no papel - Nas plantações para produção de papel da Bahia, Brasil

De forma rítmica, uma fileira infinita de árvores passa por nosso vidro de carro. No Extremo Sul da Bahia, as plantações de eucalipto nunca ficam longe. Em alguns lugares observamos restos da Mata Atlântica, a selva exuberante que antigamente cobria toda a região e da qual sobre apenas 4%. As empresas madeireiras e as serrarias tiveram tempos dourados por aqui.

Depois da devastação, a região recebeu um novo impulso: eucalipto, o novo ouro verde. As plantações por onde passamos são todas da Veracel.

David Fernandes, o responsável para silvicultura da Veracel, nos guia sobre as estradas de chão no meio de um labirinto gigante de plantações de eucalipto. O carro pára em cima de um morro com vista ao orgulho da empresa: a paisagem em mosaico. Fernandes conta com entusiasmo sobre a harmonia entre o eucalipto nos tabuleiros mais altos e os trechos de mata atlântica nos morros íngremes e ao longo dos rios.

Um pouco mais na frente o verde fechado muda de forma abrupta numa planície árida onde recentemente toda a vegetação foi cortada. Mas aí de repente a paisagem segue com um trecho por onde novas árvores de eucalipto começam a crescer para um novo ciclo de produção. Seguimos entre dois montes enormes de árvores cortadas. Máquinas grandes, que parecem com feras pré-históricas mecanizadas, cortam árvores grandes num ritmo alucinante. Em menos de 25 segundos, uma árvore é cortada, é feito o desbaste, a mesma é cortada em cinco

pedaços e pilhada. Fernandes: 'Por hectare plantamos 833 árvores. Em sete anos elas atingem uma altura de trinta metros e estão prontas para a colheita.'

O clima na Bahia ajuda para obter a produtividade mais alta do mundo. 'Apenas durante o primeiro ano pulverizamos por hectare nove litros de glisofato. É uma herbicida da Monsanto, mais conhecido como Round Up. É um produto perfeitamente seguro sem nenhum problema.' Também segundo o FSC, a aplicação desta herbicida não é incompatível com a sustentabilidade. O que o David Fernandes não conta é que a Veracel 'usa quantidades muito grandes de um produto químico que consta da lista de produtos proibidos pelo FSC', segundo um relatório de inspeção da ASI [empresa que a pedido do FSC inspeciona certificadoras] sobre a certificação da Veracel. A empresa pulveriza as plantações que estão sendo atacadas por infestações de formigas com Sulfluramide. Para essa aplicação, a empresa pediu uma exceção do FSC, e conseguiu essa medida (autorização) em 2008.

O uso de produtos químicos pela Veracel deveria também ser controlado pelo IBAMA, a agência ambiental federal. Em lugares destinados para a regeneração da mata atlântica a empresa tinha usado herbicidas e por isso um grande número de árvores nativas foram destruídas. Por isso, a Veracel foi multada em R\$ 400.000 (160 mil euros).

Papel ilegal

Em 2008, a Veracel foi condenado pela justiça federal por desmatamento da Mata Atlântica, resultando numa multa de vinte milhões de reais (oito milhões de euros). Durante a análise do processo ficou claro que a Veracel não tinha um relatório de impactos ambientais válido para suas plantações de eucalipto. Por isso, o juiz declarou ilegais as licenças de 96.000 hectares de plantações..

'O consumidor que compra a celulose da Veracel tem que ter consciência de que ele compra um produto ilegal e que o selo de sustentabilidade não é compatível com a realidade', alerta João Alves da Silva, promotor em Eunápolis.

Protesto indígena

O terceiro dos dez princípios aos quais as empresas têm que atender para conseguir o certificado do FSC é o respeito aos direitos dos povos indígenas. Eliana Anjos, responsável de sustentabilidade da Veracel nos assegura que Veracel mantém uma relação excelente com as comunidades indígenas na região. Biribiri, uma liderança da comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha confirma isso com vontade.

No entanto, Coroa Vermelha é mais uma exceção do que uma regra. Na região onde se localiza o eucalipto da Veracel apenas quatro das 19 comunidades Pataxó e Tupinambá têm um território próprio. Os habitantes de Guaxuma, uma aldeia indígena na beira da BR-101, aguardam há mais de 10 anos pela regularização do seu território. O território que eles reivindicam alcança uma área além das plantações que se aproximam cada vez mais.

Há alguns anos que já estão totalmente cercados por eucalipto. Kuhupyxa podemos chamar ele também de Antônio- conta que dez anos atrás sua comunidade ainda caçava na mata onde hoje tem eucalipto. Ele nos leva a uma cerca perto de sua casa. 'Até aqui a Veracel queria plantar eucalipto. A menos de dez metros da minha porta. Eles começaram a pulverizar tudo com veneno enquanto as crianças estavam brincando fora de casa. Aí nos afugentamos eles com arco e flecha. Eles não têm um mínimo de respeito por nos'.

Enganar as pessoas

Uma condição fundamental para ser reconhecida como plantação sustentável é que esse tipo de plantação não pode estar localizada em lugares onde recentemente tinham ainda florestas ou matas nativas. Mesmo assim, lemos nos relatórios de auditoria da SGS Qualifor que a Veracel desmatou depois de 1994 e plantou eucalipto nesses lugares.

O centro de pesquisas CEPEDDES em Eunópolis tem filmagens em que a Veracel, na época anos 90 - ainda chamada de Veracruz , desmata mata atlântica com trator e correntão. Para eles está mais do que claro que a empresa não merece o certificado do FSC.

Num relatório contundente a equipe de inspeção da ASI acaba com o trabalho da SGS Qualifor. A SGS Qualifor seguiu insuficientemente os critérios do FSC, não dedicou tempo suficiente para uma auditoria profunda e, além disso, se contentou muitas vezes com os documentos cheios de números e os estudos da Veracel sem verificar os mesmos em campo. Segundo o relatório, a ASI não teria dado o certificado. Mas o papel da ASI é limitado à inspeção da certificadora. Retirar o selo apenas a SGS Qualifor pode fazer.

Ninguém come eucalipto

Num dia chuvoso encontramos um grupo de homens e mulheres do MLT, um movimento menor de camponeses sem terra que cortam com facão pequenas árvores de eucalipto. Rose Lemos vem ao nosso encontro: 'Esta terra é terra devoluta, é de propriedade do Estado e deve ser destinado primeiramente para reforma agrária. A Veracel não tem o direito de plantar aqui', ela diz. Organizações sociais afirmam que a Veracel plantou cerca de 30.000 hectares de terras devolutas com eucalipto. O MLT espera por uma decisão judicial sobre este pedaço de terra devoluta: 'Queremos produzir aqui novamente alimentos, porque o povo não come eucalipto. Esta região é capaz de exportar comida em vez de ter que importar isso'.

Mais na frente o MLT já plantou mandioca, feijão, milho, abóbora e outras culturas. As 65 famílias que vivem debaixo da lona sonham em abastecer a cidade, porque agora quase toda a comida vem de outros estados.

Na visão da Veracel, as ações dos movimentos de camponeses sem terra são brincadeiras de vândalos, que desde 2009 já causaram cinco milhões de reais (dois milhões de euros) de prejuízos.

A cidade de Eunápolis conta agora com 85.000 habitantes. Há bastantes novas lojas movimentadas no comércio que devem seu sucesso à presença da Veracel, mas também o tráfico de drogas aumentou. Aqui andam a noite meninos com pouco mais de doze anos armados pela cidade, em busca de um celular ou alguma outra garantia valiosa. Na beira de uma favela, Roberto Joaquina dos Santos, habitante da periferia da cidade, conta como tudo mudou: 'As pessoas que se mudaram para cá conheciam apenas a cultura de semear e colher. Eles não estavam preparados para a vida na cidade. As favelas cresceram e trouxeram o crack e muita violência para a cidade.'

Sustentabilidade sem fronteiras?

Se os acionistas derem sinal verde, Veracel aumentará sua produção de celulose de 1 milhão de toneladas para 2,7 milhões de toneladas. Para isso ela precisa de mais 92.000 hectares de eucalipto. Os pedidos de licença ambiental já foram feitos. Segundo ASI, a Veracel nem de longe está pronta para conseguir o certificado FSC para esta ampliação. Mas é a SGS Qualifor que terá a última palavra. De qualquer forma, o presidente Sergio Alipio é otimista: 'Se continuarmos a atender a todos os princípios e critérios do FSC como atendemos até hoje, é algo normal que as plantações novas serão certificadas'.

Conflitos sociais e ecológicos, a questão indígena, problemas com a segurança alimentar, o êxodo rural e a redução de terras agricultáveis serão agravados com a expansão do eucalipto, escreve IMA, o Instituto de Meio Ambiente da Bahia, num relatório do final de 2008. Aliás, o IMA espera que os conflitos aumentarão ainda mais com a chegada da BahiaBio, um projeto que em mais 300.000 hectares plantará cana-de-açúcar e em 64.000 hectares Palma Africana para a produção de biocombustíveis na região. 'Há uma necessidade urgente para uma visão integrada', conclui o relatório governamental.

Extraído do relatório "Sustentável somente no papel: Nas plantações para produção de papel da Bahia, Brasil", Leopold Broers e An-Katrien Lecluyse, Setembro de 2010, financiado pelo Fondo Pascal Decroos. relatório completo foi publicado pela revista flamenga MO * e está disponível em [http://www.mo.be/index.php?id=340&tx_uwnews_pi2\[art_id\]=29629&cHash=45bfb71da2](http://www.mo.be/index.php?id=340&tx_uwnews_pi2[art_id]=29629&cHash=45bfb71da2)

[id=340&tx_uwnews](http://www.mo.be/index.php?id=340&tx_uwnews_pi2[art_id]=29629&cHash=45bfb71da2)

[_pi2\[art_id\]=29629&cHash=45bfb71da2](http://www.mo.be/index.php?id=340&tx_uwnews_pi2[art_id]=29629&cHash=45bfb71da2)

[início](#)
